

Gestos vazios do governo para as mulheres, por César Muñoz Acebes

Com Damares, falta investimento e sobra marketing

(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, [Damares Alves](#), convocou uma coletiva de imprensa em 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ela [permaneceu em silêncio](#) por longos 30 segundos na frente das câmeras de televisão e saiu. Mais tarde, explicou aos repórteres que foi de propósito para fazê-los ver “como é difícil uma mulher ficar em silêncio. É muito ruim tirar a voz de uma mulher”.

Damares queria atrair atenção para uma nova campanha publicitária de combate à [violência contra as mulheres](#). De acordo com um comunicado divulgado por seu ministério, a ministra falou “sobre inúmeras políticas e leis voltadas às mulheres já implementadas nesta gestão”.

E, no entanto, o financiamento federal de projetos para proteger as mulheres secou desde janeiro do ano passado, quando o presidente Jair assumiu. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que faz parte do ministério de Damares, foi cortado em 27% em 2019, de acordo com dados obtidos pela Human Rights Watch por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, dos R\$ 51 milhões alocados pelo Congresso em 2019, a secretaria havia usado apenas cerca de 40% (R\$ 20 milhões) em novembro.

Mais de 90% de todo o dinheiro que a secretaria gastou foi destinado à manutenção do Ligue 180, uma linha telefônica criada em 2005 por meio da qual mulheres podem denunciar atos violentos e receber informações sobre os serviços disponíveis. No entanto, o investimento do governo federal nesses serviços de atendimento foi mínimo.

Serviços de apoio adequados, que o governo federal deveria desenvolver e financiar em cooperação com autoridades municipais e estaduais, podem fazer a diferença para [milhares de mulheres](#). Uma delas é uma jovem de 27 anos, mãe de dois filhos, que conheci em outubro em Boa Vista, Roraima, estado com o maior índice de assassinatos de mulheres no país. Ela me contou que sofreu violência doméstica por nove anos e denunciou essa situação à polícia cinco vezes, mas “a polícia não fez nada”.

Em fevereiro, ela deixou o parceiro e foi morar com a irmã, mas o parceiro da irmã também era abusivo. Depois de dois meses fora de casa, essa mãe não conseguia encontrar um lugar seguro para morar com seus filhos. Não teve outra alternativa senão voltar com o parceiro e “à violência”, resumiu.

Em 16 de outubro, seu parceiro a espancou brutalmente na frente dos filhos. “Pensei que ia morrer”, lembrou, entre lágrimas. Desta vez, ela denunciou a agressão à polícia na [Casa da Mulher Brasileira](#) de Boa Vista, uma instalação inaugurada em dezembro de 2018 e que possui uma delegacia da mulher, um abrigo temporário e fornece apoio psicológico, além de outros serviços especializados. Pela primeira vez essa mulher viu a polícia realmente responder à sua denúncia e procurar o agressor. Ela também obteve uma medida protetiva, que proíbe o ex-parceiro de se aproximar. E lá ficou por dois dias no abrigo temporário, onde eu a conheci.

“Esta casa é muito importante”, disse ela. “É um lugar de esperança. Eu posso deixar a violência para trás.” [Existem cinco casas semelhantes no país](#), incluindo uma em São Paulo que a ministra Damares inaugurou em 11 de novembro. Mas, até o começo daquele mês, o governo Bolsonaro gastou zero real dos quase R\$ 13 milhões alocados pelo Congresso para construir casas adicionais em 2019, de acordo com os dados obtidos pela Human Rights Watch.

A campanha publicitária que Damares lançou em 25 de novembro promove o slogan: “Se uma mulher perde a voz, todas perdem”. Deveria dizer “todos perdemos”. E campanhas publicitárias são de pouca ajuda se o governo federal não investir nos serviços e políticas de que as mulheres precisam desesperadamente.

César Muñoz Acebes

Pesquisador Sênior da ONG Human Rights Watch no Brasil

Denúncias de violência física, moral e psicológica aumentam cerca de 19,96% no Ligue 180

Oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) registrou o total de 11.132 denúncias de violência física (7.854), moral (2.401) e psicológica (877) até o último dia 26. Os números são referentes a janeiro e fevereiro, um aumento de 19,96% em relação ao mesmo período do ano passado.

(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem)

Neste contexto, a ministra Damares Alves afirma que o canal de denúncias visa contribuir para a diminuição da impunidade. “O nosso objetivo é atuar na prevenção dos crimes. Nos casos que já ocorreram, nosso foco consiste no apoio às vítimas e punição dos agressores. O Ligue 180 recebe denúncias dos diversos tipos de violência, seja física, sexual, moral, psicológica, patrimonial. Todos os casos precisam ser denunciados”, enfatiza.

Ano anterior

Em 2018, o Ligue 180 registrou 8.910 denúncias de violência física, moral e psicológica, nos meses de janeiro e fevereiro. O total do ano foi de 58.815 casos.

Ligue 180

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela. O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil.

“O Ligue 180 atua para além das fronteiras brasileiras, pois ele alcança a mulher brasileira

vítima de violência em pelo menos 16 países, trabalhando com a prevenção, o apoio e amparo às vítimas de violência e refugiadas”, ressalta a secretária nacional de Políticas para Mulheres do ministério, Tia Eron.

Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

Crimes sexuais: Ligue 180 registra 502 denúncias em menos de 60 dias

O Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) recebeu 502 denúncias de crimes sexuais até o último dia 26. Os números, referentes aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, indicam ocorrências em todas as regiões do país. O canal de denúncias é oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Dos casos registrados, 155 foram sobre assédio sexual, 195 estupros, 14 estupros coletivos, nove casos de exploração sexual – prostituição, 50 de importunação sexual e 79 registros de violência sexual no âmbito da violência doméstica e familiar.

(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem)

“Temos que começar a trabalhar na prevenção. Nestes casos que já aconteceram, é punição, é cadeia, é reparação. E acompanhamento psicológico das vítimas. Esta pauta é prioridade. Nosso objetivo é apoiar todas as mulheres que sofreram agressões e proporcionar meios para que as denúncias sejam feitas, além de contribuir para a punição dos agressores”, ressalta a ministra Damare Alves.

Sobre o tema, a titular do MMFDH destaca, ainda, a necessidade de aumentar a pena para acusados de abuso sexual, com ênfase nos líderes religiosos.

“Eu já anunciei uma proposta legislativa que, quando o abusador for sacerdote, a pena seja agravada. Estamos trabalhando nisso. Acrescento que nós estamos vivendo um novo momento no Brasil, em que a vítima começa a ter prioridade nesta nação, em que os direitos humanos serão destinados também às vítimas”, afirmou.

Secretaria

Sobre o combate aos crimes sexuais, a secretária nacional de Políticas para Mulheres do ministério, Tia Eron, afirma que o órgão “está promovendo campanhas publicitárias, visando estimular as denúncias das mulheres vítimas de violência sexuais, pois o silêncio e o medo ainda imperam”. Ela acrescenta que, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 52% das mulheres não denunciam seu agressor.

“Além das campanhas estamos promovendo o fortalecimento da rede de proteção à mulher para garantir um atendimento qualificado, evitando assim sua revitimização”, completa.

Histórico

No ano 2018, foram registradas 730 denúncias de violência sexual nos meses de janeiro e fevereiro, somando 4.491 ocorrências ao término do ano. Em 2017, os dois primeiros meses tiveram 458 registros, com o total de 3.696 casos.

Ligue 180

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela.

O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil. Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

Ligue 180 recebe quase 18 mil denúncias nos dois primeiros meses do ano

Canal de denúncias oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) recebeu 17.836 denúncias até o último dia 26, um aumento de cerca de 36,85% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os números - referentes a janeiro e fevereiro - são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violências física, moral, obstétrica e sexual.

(MDH, 08/03/2019 - acesse no site de origem)

“O Ligue 180 representa o compromisso do Governo Federal com as políticas públicas de combate à violência contra a mulher. No que tange às ações específicas, o ministério também está empenhado em mudar realidades. Nesta gestão, todas nós temos voz e seremos ouvidas”, afirma a ministra Damares Alves.

Os estados com os maiores números de ocorrências no período são Rio de Janeiro (3.543), São Paulo (3.263), Minas Gerais (2.122), Bahia (1.232) e Rio Grande do Sul (1.033).

“A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do ministério tem como prioridade elaborar e implementar políticas públicas para o enfrentamento da escalada da violência contra as mulheres, com ações eficazes que propiciem a promoção da autonomia feminina e a segurança necessárias à garantia dos seus direitos. O Ligue 180 tem papel imprescindível por se tratar de um importante canal de coleta de dados para a formulação de políticas públicas, e para a articulação da Rede de Proteção às mulheres em situação de violência” afirma a secretária Tia Eron.

Anos anteriores

Em 2018, nos meses de janeiro e fevereiro foram registradas 11.263 denúncias, com um total de 92.323 no ano. No ranking anual, São Paulo (16.802), Rio de Janeiro (15.178), Minas Gerais (9.810), Bahia (6.716) e Distrito Federal (5.836).

Em 2017, o número referente aos dois primeiros meses é de 12.368 denúncias, sendo 73.669 casos durante o ano. No total, São Paulo registrou 13.190 denúncias, sendo 12.215 no Rio de Janeiro, 7.984 em Minas Gerais, 6.469 na Bahia e 4.165 no Rio Grande do Sul.

Ligue 180

O canal gratuito funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco e Boston), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela.

O serviço também pode ser acionado por meio do aplicativo Proteja Brasil. Além de registrar denúncias de violações contra mulheres, encaminhá-las aos órgãos competentes e realizar seu monitoramento, o Ligue 180 também dissemina informações sobre direitos da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

Violência doméstica é ato de covardia e precisa ser coibida, diz Moro

Governo vai usar tecnologia para combater crimes contra mulher

(Agência Brasil, 08/03/2019 - acesse no site de origem)

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, assinaram hoje (8) acordo de cooperação técnica para combater a violência doméstica no Brasil. A proposta do governo federal, segundo Moro, é “incrementar” a utilização de tornozeleiras eletrônicas e de outros tipos de dispositivo – como o chamado botão de pânico que, ao ser acionado, envia uma mensagem com a localização da pessoa para agentes de segurança.

“A violência doméstica, não preciso dizer, todos sabem, é um grande problema. É um ato de covardia e isso tem que ser coibido. Uma das formas de coibir isso é através de mecanismos tecnológicos. Nós já os temos no Brasil, mas o uso precisa ser mais disseminado”, destacou, ao citar a queda no percentual de utilização das tornozeleiras no Brasil entre 2016 e 2017.

De acordo com o ministro, das cerca de 51 mil tornozeleiras eletrônicas disponíveis no país, apenas 2,83% estão sendo utilizadas para combater esse tipo de crime. “As tornozeleiras já existem, mas estão sendo utilizadas mais frequentemente em outras situações do que para prevenir a violência doméstica”.

Questionado se haverá compra de novas tornozeleiras ou se tornozeleiras utilizadas em outros crimes serão redirecionadas para o combate à violência doméstica, Moro disse que “todas as hipóteses são possíveis”.

Ligue 180

Os ministérios agora têm 30 dias para assinar um plano de trabalho que vai detalhar metas, cronograma e atribuições de responsabilidade de cada órgão e de instituições parceiras. O início da coleta de dados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública deve ocorrer no prazo de até 15 dias, a contar da publicação do documento. O acordo de cooperação técnica terá duração de 24 meses.

Dados do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) divulgados durante a assinatura do acordo revelam que 17.836 denúncias foram registradas até o último dia 26 - um aumento de cerca de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números, de acordo com o governo federal, são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violência física, moral, obstétrica e sexual.

“Infelizmente, nesta nação, os números ainda nos assustam”, disse Damares, ao apresentar o balanço. “No quesito violência contra a mulher, a gente se assusta cada vez que faz um levantamento”, completou, ao afirmar que é preciso avançar no combate à violência doméstica.

Campanha

Após o balanço, a ministra lançou a campanha Salve uma Mulher, voltada para profissionais como cabeleireiros, manicures, maquiadores e outros capazes de identificar sinais de violência contra a mulher. A ideia, segundo ela, é enfrentar a violência contra o público feminino por meio de ações que visem conscientizar para a responsabilidade de todos - em especial, profissionais que lidem com as mulheres todos os dias, como no campo da beleza.

“Eles poderão orientar suas clientes, considerando essa relação que, muitas vezes, é de confiança. Todos os casos de agressões devem ser denunciados”, concluiu Damares.

Paula Laboissière; Edição: Luiza Damé

Desde 2009, 3 mil mulheres foram vítimas de feminicídio

Na última década, o pico de ocorrências foi registrado em 2015, ano em que o feminicídio foi incluído no Código Penal como crime hediondo

(Terra, 22/08/2018 - acesse no site de origem)

Quase dez mil mulheres foram vítimas de feminicídio ou tentativas de homicídio por motivos de gênero nos últimos 9 anos, segundo levantamento da Central de Atendimento à Mulher (Ligue

180). Desde 2009, a central registrou denúncias de morte de pelo menos 3,1 mil mulheres e outras 6,4 mil foram alvo de tentativa de assassinato.

Na última década, o pico de ocorrências foi registrado em 2015, ano em que o feminicídio foi incluído no Código Penal brasileiro como qualificador de homicídio e no rol de crimes hediondos. Naquele ano, a central recebeu 956 registros de assassinatos de mulheres, contra 69 mortes apontadas no ano anterior.

O número de denúncias, entretanto, está muito aquém das ocorrências de feminicídio. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, só em 2016, cerca de 4.635 mulheres foram mortas por agressões, uma média de 12,6 mortes por dia.

A secretária nacional de Mulheres, Andreza Colatto, explica que ainda há subnotificação de denúncias e alerta que muitos casos de assassinato de mulheres poderiam ser evitados. “Quando nós interrompemos um ciclo de violência contra uma mulher por meio de uma denúncia simples salvamos muitas vidas”, afirma ela.

Entenda como funciona a Lei Maria da Penha

Andreza lembra que o Ligue 180 pode ser acionado em todo o território nacional e em mais 16 países. “A denúncia pode ser feita anonimamente. Ninguém se compromete ao denunciar, apenas apoia e auxilia mulheres que ficam desprovidas de coragem para fazer essas denúncias. É necessário que a sociedade se empenhe na ajuda contra esse problema tão grave que, todos os dias, tem registrado aumento de casos no Brasil”, reforça.

Ponta do iceberg

O assassinato de mulheres em razão da condição feminina é a expressão mais grave dos vários tipos de violência de gênero. Segundo a Central, desde 2009 foram relatados quase 737 mil casos de violência doméstica - mais de 80% do total de denúncias recebidas no canal. Das agressões denunciadas em ambiente familiar nos últimos anos, quase 60% são físicas e cerca de 30% psicológicas, tipos de violência que geralmente precedem o crime do feminicídio.

De acordo com a chefe do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Ceam) do Distrito Federal, Graciele Reis, a violência doméstica é o crime mais identificado nos relatos de mulheres.

“Violência doméstica é o carro-chefe. Normalmente, quando a mulher busca ajuda já chegou na violência física. Para que ela entenda que está passando por uma violência psicológica, realmente está no ápice da humilhação, do isolamento”, alerta a assistente social.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um terço das mulheres do mundo já sofreu alguma vez na vida violência física e/ou sexual. A organização estima que mulheres expostas à violência doméstica têm duas vezes mais chance de desenvolver depressão e/ou uso abusivo de álcool.

Violência psicológica

Graciele destaca que a melhor forma de prevenir o feminicídio é identificar os casos de violência psicológica. Mas, em geral, as mulheres não conseguem compreender que vivem uma situação de abuso e são submetidas, por muitos anos, aos excessos de maridos e

companheiros. “O (abuso) psicológico precisa estar quase na violência física para ela compreender que está numa relação violenta. Ela tem de estar sofrendo muito já.”

Casos de violência sexual e patrimonial dentro do casamento também são menosprezados, segundo a assistente social. “Fica naquela cultura, ‘eu trabalho, mas ele administra meu dinheiro porque sabe usar melhor’ e isso tudo vai podando a mulher de ter a liberdade, de ter autonomia, de fazer o que ela quiser com o dinheiro do próprio trabalho”, analisa Graciele.

Veja abaixo: candidatos falam sobre situação da mulher brasileira

“Todo mundo entende violência sexual como aquele estupro que puxa, rasga roupa. Mas aquela fala do homem ‘você é fria, você não quer nunca’, ‘você é minha mulher e tem de cumprir também esse papel’; ele fica mal-humorado, ela cede para ele não ficar grosseiro, as mulheres não compreendem isso como violência sexual”, ressalta.

Para a vice-presidente do Instituto Maria da Penha (IMP), Regina Célia Almeida Silva Barbosa, é importante ficar atento a agressões verbais e importunações que, muitas vezes, são vistas com naturalidade. “Feminicídio não começa com feminicídio. Ele começa nas sutilezas daquilo que muitas vezes o autor da violência entende como uma permissão (da mulher)”, afirma.

O Ceam atende mulheres de diferentes perfis sociais – desde pessoas em situação de rua até mulheres ricas. Em comum, elas têm o medo de retaliação do companheiro e de serem julgadas pela sociedade, a falta de informação sobre os tipos de violência e as dificuldades de expor o problema, principalmente na esfera policial e criminal.

“Já atendemos mulheres que passaram por violências físicas graves, dente arrebatado, facada, tiro, paulada... Não é fácil se deslocar de casa (para denunciar), não é fácil criar coragem, mas há vários casos de superação”, disse Graciele.

Acolhimento e prevenção

Márcia (nome fictício), de 44 anos, é um das mulheres atendidas pelo Ceam que tem superado o medo e o trauma da violência doméstica. Durante os anos de casada, ela foi impedida de estudar e trabalhar por ciúmes desmedidos do marido. O desejo de encerrar o relacionamento de oito anos tornou o companheiro mais agressivo. Ele se recusou a deixar a casa e passou a humilhar e maltratar a mulher.

Relembre: marcha em SP pelo fim da violência contra a mulher

“Eu estava triste, porque não estava mais dando certo e eu vi que já estava começando a ficar doente, não estava mais aguentando. Eu estava tão abalada que não sabia o que fazer. A gente fica sem chão, sem rumo, sem forças”, relata ela.

Márcia passou a perceber que ele estava a ponto de agredi-la. Prevendo o pior, decidiu buscar ajuda. “Liguei no 180, conversei, desabafei um pouco, porque eu estava vendo que eu tinha de me movimentar, porque se eu não me mexesse, eu já estava enxergando o que ia acontecer”, completou.

Ela também recorreu ao Ceam, onde recebeu atendimento psicológico e assistência social. “Elas perceberam que eu estava precisando e começaram a me atender. Ali é um meio de ajudar as mulheres que passam por problemas de violência, não só física, mas psicológica.

Realmente fortalece, porque quando a gente se sente esmagada, triturada por alguém é como se não tivesse ninguém para te acolher, te amparar”, conta.

Quando Márcia buscou apoio, o ex-companheiro saiu de casa, intimidado pela iniciativa da mulher de denunciar a situação. Hoje, ela cursa faculdade e já está aconselhando amigas da vizinhança que passam por situações de violência a buscarem ajuda.

“Se todas as mulheres que passam por isso pudessem evitar a partir desse momento da agressão psicológica, antes de chegar à agressão física, eu acho que já seria um grande fato para evitar esse número de mortes”, afirma.

Dificuldade

Na experiência diária de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, a chefe do Ceam do Distrito Federal diz que há uma dificuldade dos policiais e dos operadores da Justiça de enquadrar o abuso psicológico - como o caso de Márcia -, se não estiver acompanhado de uma evidência como xingamento ou lesão corporal.

“Precisa trazer a violência psicológica à luz, porque isso tem destruído as mulheres que acabam desenvolvendo transtornos mentais muito sérios. E, infelizmente, o Estado ainda não está preparado para ouvir essas vítimas de forma qualificada”, critica Graciele.

Denúncias de feminicídio e tentativas de assassinato chegam a 10 mil

Ligue 180: números de balanço dos últimos 9 anos são subnotificados

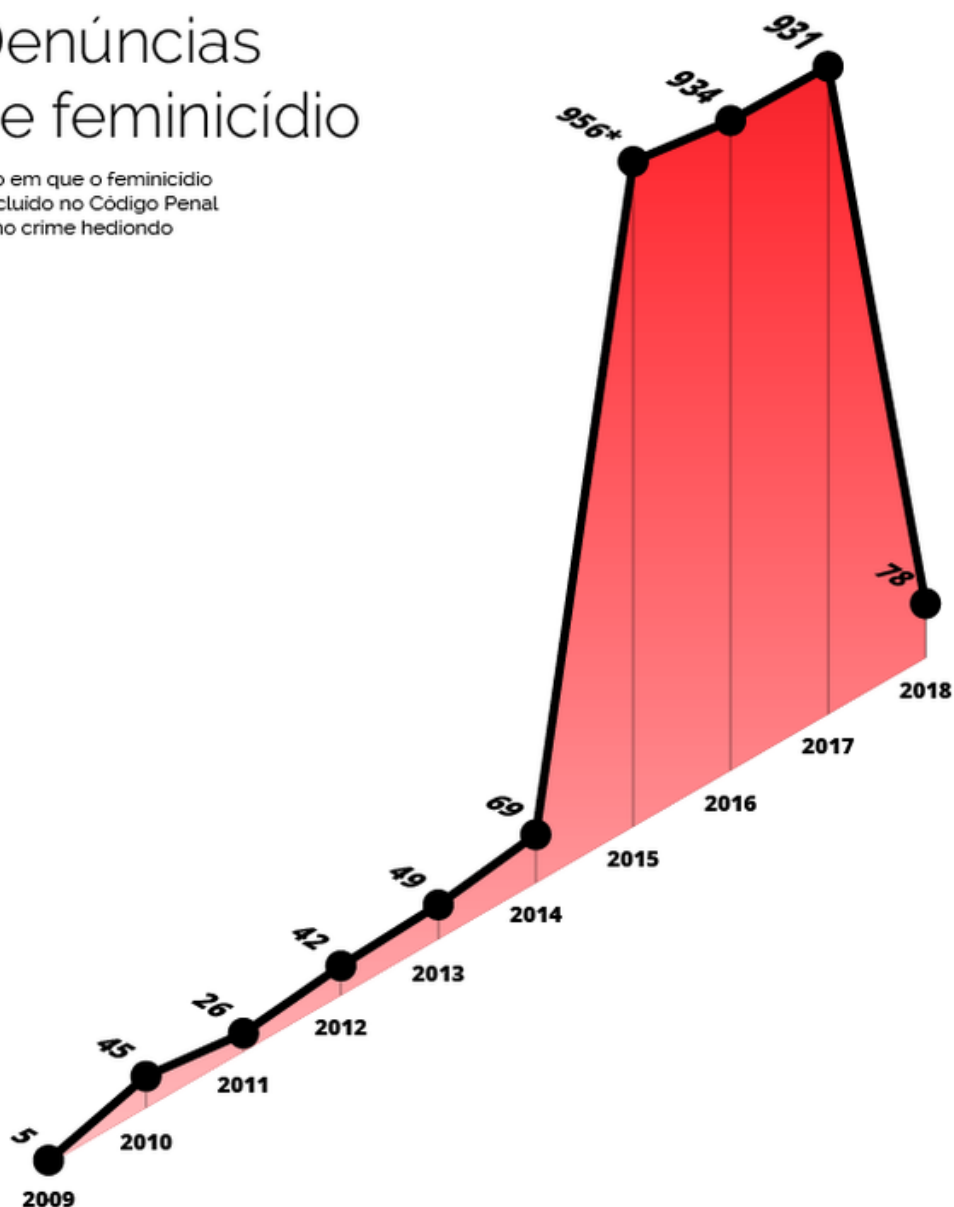
(Agência Brasil, 22/08/2018 - acesse no site de origem)

Quase dez mil mulheres foram vítimas de feminicídio ou tentativas de homicídio por motivos de gênero nos últimos 9 anos, segundo levantamento da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180. Desde 2009, a central registrou denúncias de morte de pelo menos 3,1 mil mulheres e outras 6,4 mil foram alvo de tentativa de assassinato.

Na última década, o pico de registros ocorreu em 2015, ano em que o feminicídio foi incluído no Código Penal brasileiro como qualificador de homicídio e no rol de crimes hediondos. Naquele ano, a central recebeu 956 registros de assassinatos de mulheres, contra 69 mortes apontadas no ano anterior.

Denúncias de feminicídio

*Ano em que o feminicídio é incluído no Código Penal como crime hediondo



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

O número de denúncias, entretanto, está muito aquém das ocorrências de feminicídio. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, só em 2016, cerca de 4.635 mulheres foram mortas por agressões, uma média de 12,6 mortes por dia.

A secretária nacional de Mulheres, Andreza Colatto, explica que ainda há subnotificação de denúncias e alerta que muitos casos de assassinato de mulheres poderiam ser evitados. “Quando nós interrompemos um ciclo de violência contra uma mulher por meio de uma denúncia simples salvamos muitas vidas”, destaca Andressa.

Ela lembra que o Ligue 180 pode ser acionado em todo território nacional e em mais 16 países. “A denúncia pode ser feita anonimamente. Ninguém se compromete ao denunciar, apenas apoia e auxilia mulheres que ficam desprovidas de coragem para fazer essas denúncias. É necessário que a sociedade se empenhe na ajuda contra esse problema tão grave que, todos os

dias, tem registrado aumento de casos no Brasil”, reforça.

Ponta do iceberg

O assassinato de mulheres devido à condição feminina é a expressão mais grave dos vários tipos de violência de gênero.

Segundo a Central, desde 2009 foram relatados quase 737 mil casos de violência doméstica – mais de 80% do total de denúncias recebidas no canal. Das agressões denunciadas em ambiente familiar nos últimos anos, quase 60% são físicas e cerca de 30% psicológicas, tipos de violência que geralmente precedem o crime do feminicídio.



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

De acordo com a chefe do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Ceam) do Distrito Federal, Graciele Reis, a violência doméstica é o crime mais identificado nos relatos de mulheres.

“Violência doméstica é o carro-chefe. Normalmente, quando a mulher busca ajuda já chegou na violência física. Para que ela entenda que está passando por uma violência psicológica, realmente ela está no ápice da humilhação, do isolamento”, alerta a assistente social.

Segundo a OMS, um terço das mulheres do mundo já sofreram alguma vez na vida violência física e/ou sexual. A organização estima que mulheres expostas a violência doméstica têm duas vezes mais chance de desenvolver depressão e uso abusivo de álcool.

Violência psicológica

Graciele destaca que a melhor forma de prevenir o feminicídio é identificar os casos de violência psicológica. Mas, em geral, as mulheres não conseguem compreender que vivem uma situação de abuso e são submetidas, por muitos anos, aos excessos de maridos e companheiros. “O [abuso] psicológico precisa estar quase na violência física para ela compreender que está numa relação violenta, ela tem que estar sofrendo muito já”, explica.

Casos de violência sexual e patrimonial dentro do casamento também são menosprezados, segundo a assistente social. “Fica naquela cultura, ‘eu trabalho, mas ele administra meu dinheiro porque sabe usar melhor’ e isso tudo vai podando a mulher de ter a liberdade, de ter autonomia, de fazer o que ela quiser com o dinheiro do próprio trabalho”, analisa.

“Todo mundo entende violência sexual como aquele estupro que puxa, rasga roupa. Mas aquela fala do homem ‘você é fria, você não quer nunca’, ‘você é minha esposa e tem que cumprir também esse papel’; ele fica mal-humorado, ela cede para ele não ficar grosseiro, as mulheres não compreendem isso como violência sexual”, ressalta.

Do total de denúncias de violência doméstica:



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

Para a vice-presidente do Instituto Maria da Penha (IMP), Regina Célia Almeida Silva Barbosa, é importante ficar atento a agressões verbais e importunações que, muitas vezes, são vistas com naturalidade.

“Femicídio não começa com feminicídio. Ele começa nas sutilezas daquilo que muitas vezes o autor da violência entende como uma permissão [da mulher]”, afirma Regina Célia.

O Ceam atende mulheres de diferentes perfis sociais – desde pessoas em situação de rua até mulheres ricas. Em comum, elas têm o medo de retaliação do companheiro e de serem julgadas pela sociedade, a falta de informação sobre os tipos de violência e as dificuldades de expor o problema, principalmente na esfera policial e criminal.

“Já atendemos mulheres que passaram por violências físicas graves, dente arrebatado, facada, tiro, paulada. Não é fácil se deslocar de casa [para denunciar], não é fácil criar coragem, mas há vários casos de superação”, disse Graciele.

Acolhimento e prevenção

Márcia*, 44 anos, é um das mulheres atendidas pelo Ceam que tem superado o medo e o trauma da violência doméstica. Durante os anos de casada, ela foi impedida de estudar e trabalhar por ciúmes desmedidos do marido. O desejo de encerrar o relacionamento de oito anos tornou o companheiro mais agressivo. Ele se recusou a deixar a casa e passou a humilhar e maltratar a mulher.

“Eu estava triste, porque não estava mais dando certo e eu vi que já estava começando a ficar doente, não estava mais aguentando. Eu estava tão abalada que não sabia o que fazer, a gente fica sem chão, sem rumo, sem forças”, relata.

Márcia passou a perceber que ele estava a ponto de agredi-la. Prevendo o pior, ela decidiu buscar ajuda. “Liguei no 180, conversei, desabafei um pouco, porque eu estava vendo que eu tinha que me movimentar, porque se eu não me mexesse, eu já estava enxergando o que ia acontecer”, completou.

Ela também recorreu ao Ceam onde recebeu atendimento psicológico e assistência social. “Elas perceberam que eu estava precisando e começaram a me atender. Ali é um meio de ajudar as mulheres que passam por problemas de violência, não só física, mas psicológica. Realmente fortalece, porque quando a gente se sente esmagada, triturada por alguém é como se não tivesse ninguém para te acolher, te amparar”, conta.

Quando Márcia buscou apoio, o ex-companheiro saiu de casa, intimidado pela iniciativa da mulher de denunciar a situação. Hoje, ela cursa faculdade e já está aconselhando amigas da vizinhança que passam por situações de violência a buscarem ajuda.

“Se todas as mulheres que passam por isso pudessem evitar a partir desse momento da agressão psicológica, antes de chegar à agressão física, eu acho que já seria um grande fato para evitar esse número de mortes”, afirma.

Dificuldade

Na experiência diária de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, a chefe do Ceam do Distrito Federal diz que há uma dificuldade dos policiais e dos operadores da Justiça de enquadrar o abuso psicológico – como o caso de Márcia – se não estiver acompanhado de uma evidência como xingamento ou lesão corporal.

“Precisa trazer a violência psicológica à luz, porque isso tem destruído as mulheres que acabam desenvolvendo transtornos mentais seríssimos. E, infelizmente, o Estado ainda não está preparado para ouvir essas vítimas de forma qualificada”, critica Graciele.

**Nome fictício para preservar a identidade da vítima*

Débora Brito; Edição: Lílian Beraldo

Recursos para combate à violência contra a mulher caem 79% desde 2014

Até julho de 2018, foram R\$ 20 mi; Em 2014, haviam sido R\$ 95 mi; Valores mantêm o Ligue 180

(Poder 360, 20/08/2018 - acesse no site de origem)

Os valores destinados pelo governo federal ao programa de promoção da autonomia e enfrentamento à violência contra a mulher estão em queda desde 2014.

Levantamento do Poder360 mostrou que, de janeiro a julho deste ano, R\$ 20,4 milhões foram repassados às ações de proteção à mulher. No mesmo período de 2014, haviam sido R\$ 95,3 milhões. O corte foi de 79% no período.

Em relação ao ano passado, a queda foi de 25%. Até julho de 2017, R\$ 27,2 milhões haviam sido desembolsados. Os dados são do portal SigaBrasil.

Com o objetivo de ampliar a política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, o governo mantém, por meio do programa, projetos de consolidação da rede de atendimento e campanhas de conscientização.

Uma das principais ações em vigor é a [Central de Atendimento à Mulher](#). Criado em 2005, o Ligue 180 é 1 canal de denúncias de violência e orientação à mulher. Até julho deste ano, R\$ 7,3 milhões foram investidos na ação. O desembolso foi o menor desde 2014, quando haviam sido destinados R\$ 4,9 milhões.

O Ligue 180, que incorporou o Disque 100, é uma das principais iniciativas de combate à violência de gênero no país. Segundo dados do governo federal, o canal recebeu quase 80.000 denúncias até julho deste ano. Registrou, ainda, mais de 740 ocorrências relacionadas a feminicídios e tentativas de homicídio contra mulheres.

O PAPEL DO ESTADO

O programa de combate à violência é ligado à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, desde junho vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos.

No governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o órgão tinha status de ministério. Foi rebaixado em 2016, na gestão do presidente Michel Temer (MDB). Nesses 2 anos, já foi ligado

tanto ao Ministério da Justiça quanto à Secretaria de Governo.

Para Ana Paula Antunes Martins, doutora em Sociologia e professora substituta no Departamento de Gestão de Políticas Públicas da UnB (Universidade de Brasília), a perenidade de políticas públicas voltadas às mulheres é fundamental não só para solucionar, mas para prevenir casos de violência.

“São esses recursos do Orçamento que criam políticas efetivas para a prevenção ao feminicídio”, afirmou.

A pesquisadora, que está à frente do Nepem (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher), explicou que o recuo no repasse de recursos da União tem reflexo também sobre as esferas estadual e municipal.

No ano em que a [Lei Maria da Penha](#), que tornou crime a violência contra a mulher, completa 12 anos, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2017, foram registrados 193 mil casos de violência doméstica contra mulheres.

Na visão de Ana Paula, o corte orçamentário leva ao enfraquecimento de serviços especializados que dependem de recursos públicos para o funcionamento. É o caso, por exemplo, da Casa da Mulher Brasileira, centro de atendimento especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica.

“O investimento do Estado não apenas abre novos serviços voltados à política de combate, mas faz com que os que já existem se mantenham.”

OUTRO LADO

Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos informou que *“foram feitos ajustes de gastos em virtude do cenário econômico”*. *“O governo federal mantém o compromisso de desenvolver políticas que são importantes para a proteção e garantia dos direitos da mulher”*, completou.

O Ministério explicou que a iniciativa está estruturada em 6 eixos:

- Casa da Mulher Brasileira;
- ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;
- organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;
- implantação e manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca;
- campanhas continuadas de conscientização;
- unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência.

“Os programas seguem em implementação, bem como todas as políticas públicas desenvolvidas para garantia de direitos da mulher”, disse.

Mariana Ribeiro, Dyelle Menezes e Anna Russi

Ligue 180 registra mais de 740 casos de feminicídio este ano

Nos primeiros sete meses deste ano, o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, registrou mais de 740 ocorrências relacionadas a feminicídios e tentativas de homicídio contra mulheres. Segundo balanço divulgado nesta segunda-feira (13) pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), de janeiro a julho de 2018, foram registrados 78 casos de feminicídios e 665 tentativas de assassinatos de mulheres.

(Agência Brasil, 13/08/2018 - acesse no site de origem)

No período, a Central recebeu quase 80 mil relatos de violência de gênero, sendo que cerca de 80% das denúncias foram classificadas como violência doméstica. Agressões físicas representam quase metade (46,94%) dos relatos. E três em cada dez denúncias se referem a violência psicológica.

Além das violências doméstica, física e psicológica, o Ligue 180 registra ainda casos de violência sexual, moral, patrimonial, obstétrica, no esporte, cárcere privado, crimes cibernéticos e agressões contra mulheres migrantes e refugiadas.

As denúncias são encaminhadas para a Defensoria Pública e Ministério Público e outras instituições da rede de proteção das mulheres. A Central também orienta sobre a Lei Maria da Penha e outros dispositivos legais de defesa dos direitos das mulheres.

O canal de denúncias pode ser acessado no Brasil e em mais 16 países: Argentina, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana Francesa e Inglesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela. A ligação para o 180 é gratuita e pode ser feita inclusive nos feriados e fins de semana. Os casos de violência também podem ser registrados pelo e-mail ligue180@spm.gov.br.

Feminicídio

Fruto da Lei Maria da Penha, o crime do feminicídio foi definido legalmente em 2015 como assassinato de mulheres por motivos de desigualdade de gênero e tipificado como crime hediondo. Segundo o Mapa da Violência, quase 5 mil mulheres foram assassinadas no país, em 2016. O resultado representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, houve um aumento de 6,4% nos casos de assassinatos de mulheres.

Nos últimos dias, vários casos de agressão contra mulheres até a morte repercutiram em todo o país e reacendeu o debate em torno da violência de gênero. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu no interior do Paraná, onde o biólogo Luís Felipe Manvailer foi denunciado pelo assassinato de sua esposa, a advogada Tatiane Spitzner. Ela foi encontrada morta no dia 22 de julho depois de cair do 4º andar do prédio onde o casal morava, em Guarapuava (PR).

Debora Brito; Edição: Davi Oliveira

Governo Federal recebeu quase 73 mil denúncias de violência contra mulher no primeiro semestre

Dados coletados entre janeiro e junho deste ano correspondem a 47% do registrado em 2017

(O Globo, 07/08/2018 - acesse no site de origem)

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência recebeu 72.839 denúncias, que incluem relatos de violência sexual, homicídio, cárcere privado e outros, entre janeiro e junho deste ano. Os registros foram feitos por meio do Ligue 180, serviço criado pelo governo federal em 2005 para dar assistência às vítimas.

Os números sobre violência contra a mulher são divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos, nesta terça-feira (dia 7 de agosto), dia em que a Lei Maria da Penha completa 12 anos.

Os dados dos primeiros cinco meses do ano correspondem a 47% do total registrado em 2017 (156.839). O governo destaca, porém, que, em alguns casos, houve um aumento do número de denúncias. Foram constatados os crescimentos de 37,3% nos relatos de homicídio e de 16,9%, de violência sexual.

Os estados de onde mais partem denúncias são São Paulo (9.863), Rio de Janeiro (9.317), Minas Gerais (6.499) e Bahia (4.813). Na Região Norte, houve o maior crescimento no número de denúncias: Amazonas, 34,8% a mais; Roraima, 34,6%; e Amapá, 6,1%.

Em 2017, ao lançar campanha pela humanização do parto normal, o governo passou a incluir a violência obstétrica entre os tipos de denúncias recebidas pelo Ligue 180. Nos cinco primeiros meses do ano, primeiro período em que o tópico é destacado em levantamentos do ministério, foram recebidos 40 relatos desses casos.

Comandado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, o Ligue 180 funciona 24 horas todos os dias, incluindo feriados e fins de semana. O ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, diz que o objetivo do governo “é possibilitar que todas as mulheres tenham acesso a serviços públicos de qualidade, com preservação da dignidade e garantia de direitos, de forma a reduzir os índices de violência contra as mulheres”.

Veja o detalhamento dos números registrados pelo Ligue 180 entre janeiro e junho de 2018:

Cárcere privado - 2.611 casos

Homicídio - 899 casos

Tráfico de pessoas - 102 casos

Violência física - 34 mil casos

Violência moral - 3.381 casos

Violência patrimonial - 1.447 casos

Violência obstétrica - 40 casos

Violência psicológica - 24.378 casos

Violência sexual - 5.978 casos

Assédio no esporte - 3 casos

Amanda Almeida